

AUDIN COMUNICA

Edição 022



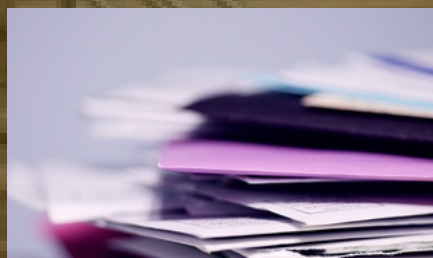
**Licitações, contratos,
convênios e obras**



**Governança, riscos e
controle**



Gestão de Pessoas



**Contabilidade,
Orçamento e
Patrimônio**



Notícias da AUDIN



**Notícias, normativos,
eventos e outros**

Sobre a AUDIN

Para sugestões, reclamações, críticas ou elogios, entre em contato por meio dos canais abaixo:

E-mail: auditoria@ufca.edu.br / **Ramais:** (88) 3221-9490 | (88) 3221-9491

Saiba mais em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizacional/orgaos-complementares/auditoria-interna/>

Nosso **PROPÓSITO** é aumentar e proteger o valor organizacional da instituição, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.



MISSÃO

Agregar valor aos processos de gerenciamento de riscos, aos controles internos, à integridade e à governança institucional, bem como zelar pela eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.



VISÃO

Ser reconhecida como órgão de assessoramento e aconselhamento da gestão por meio do desenvolvimento de trabalhos que objetivem a avaliação da governança, dos riscos organizacionais e dos controles internos administrativos.



VALORES

- Integridade;
- Ética;
- Simplicidade e praticidade;
- Visão e estratégia global;
- Imparcialidade;
- Objetividade;
- Zelo profissional;
- Independência.

Consulte nossos normativos

[Regimento Interno](#)

[Manual de Orientações Técnicas](#)

[Referencial Técnico](#)

[Mapeamento do Universo da Auditoria](#)

[Código de Ética](#)

[Política de Acesso aos papéis de trabalho](#)

[PGMQ](#)

[Mapeamento de Competências](#)

DA AUTORIDADE

Conforme o Art. 8º do Regimento Interno da UAIG (Unidade de Auditoria Interna Governamental/UFGA) nossos trabalhos são desenvolvidos "de maneira imparcial, livre de interferência na determinação do escopo, na execução de procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação de resultados.

DAS RESPONSABILIDADES

Dispostas no mesmo normativo, Art. 17, são:

I. atuar de forma a agregar valor, melhorar as operações e auxiliar a UFGA a alcançar seus fins institucionais, adotando uma abordagem sistemática para a avaliação objetiva e independente da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controles internos administrativos e de governança, com o objetivo de assegurar as operações desenvolvidas pela gestão;

II. atuar na 3ª (terceira) linha, avaliando as atividades da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) linhas, no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos;

I. atuar na 3ª (terceira) linha, avaliando as atividades da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) linhas, no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos;

III. verificar se os atos de dirigentes e servidores estão em conformidade com as políticas, procedimentos, leis, regulamentos e padrões aplicáveis;

IV. realizar, coordenar e supervisionar auditorias e consultorias com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade;

V. monitorar as recomendações emitidas por suas equipes e pelos Órgãos de Controle;

VI. estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades de auditoria, observadas as normas e padrões profissionais aplicáveis à atividade de auditoria interna, buscando alinhamento aos padrões internacionalmente reconhecidos;

VII. atender, mediante conveniência e oportunidade, às determinações do dirigente máximo da UFGA para realização de auditorias especiais;

VIII. identificar, avaliar e discutir com os gestores oportunidades de aprimoramento dos processos de gestão de riscos, de controles internos administrativos e de governança, e verificar se as ações de aprimoramento dos referidos processos são implementadas em prazo compatível com a relevância e urgência da matéria.

Notícias da AUDIN

SERVIDORES DA UAIG/UFCA E UAIG/IFCE SE REÚNEM PARA DISCUTIR SOBRE O PGMQ

No dia 17 de setembro de 2025, representantes da UAIG/UFCA se reuniram com servidores da UAIG/IFCE, com o objetivo de discutir sobre possíveis evidências de existência e institucionalização das atividades essenciais do KPA 2.6, do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) para o setor público. O encontro é mais um dos resultados do fortalecimento das parcerias com outras unidades de auditoria interna.



EQUIPE DA AUDIN PARTICIPA DE REUNIÃO SOBRE O PEI E O PDI DA UFCA

Seguindo o calendário de reuniões da Coordenadoria de Gestão e Planejamento Estratégico (CPGE), vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan), no dia 29 de outubro de 2025 ocorreu a reunião com a Audin. Na oportunidade, foram apresentados o novo Mapa Estratégico e a metodologia para elaboração de Resultados-Chave. Para isso, destacou-se que as constatações dos relatórios de Auditoria Interna contribuíram para esse processo.

ETAPAS DA ELABORAÇÃO DO PEI E DO PDI

UFCA



- Cadeia de Valor
- Análise Ambiental
- Referencial Estratégico
- Mapa Estratégico
- Projeto Pedagógico
- Painel de Indic. e Metas
- Portfólio de Projetos
- Monitoramento
- Avaliação e Revisão

EQUIPE DA AUDIN PARTICIPA DO 59º FONATEC

Entre os dias 21 e 24 de outubro de 2025, ocorreu o 59º Fórum Nacional de Capacitação Técnica das UAIG (FONATEC), em formato totalmente on-line. Com o tema "Auditoria Inteligente: Integração entre pessoas, processos e tecnologias", foram apresentadas palestras, boas práticas e discussões, conduzidas por especialistas da Petrobras, CAIXA, CGU, TCU, STJ, HCPA, Somos Auditores e instituições federais de ensino.



UAIG DA UFCA ALCANÇA NOTA MÁXIMA EM TRANSPARÊNCIA ATIVA

Durante o FONATEC, na palestra intitulada: "Integração que Transforma: Pessoas, Tecnologia e Confiança na Auditoria Interna", conduzida pela servidora Elaine Carvalho, da Controladoria-Geral da União (CGU), foram apresentados dados acerca da supervisão técnica realizada pela CGU. No quesito transparência ativa, a UAIG/UFCA alcançou nota máxima, junto com outras sete instituições.



[Voltar ao Início](#)

Licitações, contratos, convênios e obras

CONDENAÇÃO FINANCEIRA POR DANO AO ERÁRIO

A propósito, a jurisprudência do TCU é no sentido de que a regra do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB (Lei 13.655/2018) não se aplica à responsabilidade financeira pelo ressarcimento ao erário, cujo dever está sujeito à comprovação de dolo ou culpa em sentido estrito. Nesse sentido, Acórdão 11289/2021-TCU-Primeira Câmara, rel. Min. Vital do Rêgo, e Acórdão 1958/2022-TCU-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.

ACÓRDÃO 5284/2025 - SEGUNDA CÂMARA

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE GÊNERO PARA DESEMPATE EM LICITAÇÕES

Publicada em 17 de setembro de 2025, a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382 regulamenta o art. 5º do Decreto nº 11.430/2023 e define as ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho que podem ser consideradas para fins de desempate em processos licitatórios, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

São reconhecidas como ações válidas medidas voltadas à inserção, participação e ascensão profissional igualitária, igualdade de remuneração, prevenção ao assédio moral e sexual, programas de diversidade e equidade de gênero e raça, além de iniciativas em saúde e segurança do trabalho sensíveis às diferenças entre os gêneros.

A norma entra em vigor 90 dias após sua publicação.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 382, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

Para mais informações acesse:

Informativo nº 512

Informativo nº 513

Informativo nº 514

Informativo nº 515

LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO DE LICITANTE. EXIGÊNCIA. DEFICIÊNCIA. ESCUMPRIMENTO. INABILITAÇÃO.

O órgão ou a entidade contratante deve evitar, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade, a inabilitação automática de licitantes quando o eventual descumprimento da cota legal para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021) decorrer de circunstâncias momentâneas e estiver demonstrada a adoção de providências para sua regularização.

ACÓRDÃO 2209/2025 PLENÁRIO

TCU PROMOVEU WORKSHOP SOBRE PESQUISA DE PREÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no dia 30 de outubro, às 14h30, o workshop "Pesquisa de preços de TI: estratégias e boas práticas". A atividade foi transmitida ao vivo pelo canal oficial do TCU no YouTube e pretende orientar gestores, operadores de aquisições públicas, auditores e consultorias jurídicas sobre como elaborar orçamentos consistentes e aderentes à Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) e à jurisprudência do Tribunal.

O capacitação apresentou simulações práticas com as ferramentas Compras.gov.br e Plataforma Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sistema oficial para divulgação dos atos de compras governamentais, além da análise de casos julgados pelo TCU e da apresentação de boas práticas em pesquisas junto a fornecedores.

SAIBA MAIS

Voltar ao Início

Governança, riscos e controle

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE

Estabelece os procedimentos e a metodologia de avaliação de programas de integridade de que trata o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

PORTARIA NORMATIVA SE/CGU Nº 226, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) PELAS UNIDADES DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL (UAIG)

Deliberação CCCI nº 03/2025: Uso de Inteligência Artificial (IA) pelas Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG)

A Comissão de Coordenação de Controle Interno, no uso das competências conferidas pelo art. 23 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e pelo art. 3º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria CGU nº 1.028, de 22 de abril de 201

PORTARIA Nº 3.113, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Não se instaura Tomada de Contas Especial contra servidor que recebeu valores por força de liminar.

ACÓRDÃO 5331/2025 - SEGUNDA CÂMARA

GOVERNO PUBLICA GUIA QUE ENSINA COMO CRIAR PROMPTS PARA USAR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O governo federal lançou um Guia Prático de Prompt e Pesquisa com IA para Servidores Públicos, que ensina como elaborar instruções claras e eficazes para o uso de ferramentas de inteligência artificial generativa. A publicação foi elaborada pelo Ministério da Gestão, dentro do programa AMPLIA, que busca expandir o uso responsável da IA no setor público.

GUIA PRÁTICO DE PROMPT E PESQUISA COM IA

SERVIÇOS DIGITAIS DO SETOR PÚBLICO APRESENTAM LIMITAÇÕES SEVERAS DE ACESSIBILIDADE

O Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou a adoção de boas práticas de acessibilidade digital em organizações do setor público federal. Foram analisados três tipos de soluções digitais oferecidos à população: portais web (sites), aplicativos de celular e serviços públicos digitais. A fiscalização, analisada na sessão plenária de 10 de setembro, revelou um cenário crítico, com falhas que comprometem o uso das soluções e o atendimento aos usuários. A fiscalização avaliou 288 organizações e identificou falhas críticas em acessibilidade digital. O resultado mostra que em 88% dos órgãos a nota foi abaixo de 5; mais da metade ficou abaixo de 3. Apenas 31% seguem as diretrizes internacionais de acessibilidade digital.

ACÓRDÃO 2099/2025 - PLENÁRIO

NOVAS REGRAS PARA USO DE CARTÕES CORPORATIVOS DO GOVERNO VÃO À CÂMARA

O projeto de lei (PL) 3.852/2020, do senador Fabiano Contarato (PT-ES), foi aprovado em primeiro turno pela CTFC em setembro. O projeto autoriza o uso dos cartões para a compra de passagens aéreas nacionais e internacionais, para despesas eventuais que exijam pronto pagamento, para gastos realizados sob sigilo e para despesas de pequeno valor, cujo limite será definido por ato do respectivo Poder. Também é permitido o uso para saques em dinheiro, desde que essa seja a única forma de pagamento aceita pela pessoa jurídica contratada. No entanto, os saques: não podem ser usados para quitar despesas já realizadas; não podem ser destinados ao pagamento de despesas de terceiros; só podem ser realizados com autorização prévia e específica do ordenador de despesas.

SAIBA MAIS

[Voltar ao Início](#)



Gestão de Pessoas

PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS

A alteração dos critérios de cálculo dos adicionais de insalubridade e de periculosidade dos servidores públicos com redução da remuneração, quando persistem as mesmas condições de trabalho, configura ofensa indireta ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

INFORMATIVO Nº 861

9 DE SETEMBRO DE 2025 - RMS 72.765-RO.

ALTERADA A REDAÇÃO DA SÚMULA 256 SOBRE ATOS DE PESSOAL

O TCU aprovou a alteração do Enunciado da Súmula 256, que disciplina a necessidade de contraditório e ampla defesa na análise da legalidade de atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. A revisão buscou harmonizar o texto da súmula com o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que fixou prazo de cinco anos para que os tribunais de contas julguem esses atos, sob pena de registro tácito.

Com a nova redação, a garantia do contraditório e da ampla defesa passa a ser obrigatória nas hipóteses em que a revisão de ofício se der após o transcurso de cinco anos do ingresso do ato no TCU, desde que não ultrapassado o prazo de 10 anos, ou quando houver imputação de má-fé ao interessado, independentemente do tempo decorrido.

ACÓRDÃO Nº 2002/2025 - PLENÁRIO

Para mais informações acesse:

Boletim nº 137

Boletim nº 138

VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ PELO SERVIDOR PÚBLICO

"Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública. Ocorrendo erro de cálculo ou operacional, é possível que ela busque o ressarcimento de valor recebido a maior, exceto na hipótese na qual o beneficiário comprove a presença de boa-fé objetiva, especialmente com a demonstração de que não tinha como constatar a falha. Neste último caso, a boa-fé objetiva está presumida em favor da Administração. Quanto à forma de reposição ao erário, deve ser facultado ao servidor o desconto em folha de 10% (dez por cento) da remuneração, provento ou pensão, em atenção ao disposto no § 1º do artigo 46 da 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Às ações judiciais propostas até 18 de maio de 2021 aplica-se o entendimento anterior, não embasados em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, salvo comprovada má-fé."

PORTARIA AGU Nº 516, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

AMPLIADO O BANCO DE PROFESSOR-EQUIVALENTE DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Fixado por meio do Anexo do Decreto nº 7.485/2011, e o Banco de Professor-Equivalente da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das unidades subordinadas às Universidades Federais, fixado por meio do Anexo I do Decreto nº 8.260, 29 de maio de 2014; e atualiza o Quadro de Referência dos TAES das Universidades Federais, fixado por meio do Anexo I do Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010.

PORTARIA CONJUNTA MGI Nº 70, DE 8 DE OUTUBRO DE 2025

Voltar ao Início

Contabilidade, Orçamento e Patrimônio

INCLUSÃO INDEVIDA DE PARCELA DE AUXÍLIO INDENIZATÓRIO DE SAÚDE NA BASE DE CÁLCULO DOS DEMAIS ATOS

É indevida a inclusão, na base de cálculo dos proventos de pensão, de parcela referente a auxílio de saúde de caráter indenizatório percebida pelo instituidor, visto que essa parcela não compõe a remuneração e o seu pagamento, quando cabível, deve se dar de forma destacada no contracheque do pensionista, conforme regras expedidas pelo Governo Federal (Portaria 1/2017, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

ACÓRDÃO 5979/2025 - SEGUNDA CÂMARA

CONFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025 REÚNE MAIS DE 3 MIL PARTICIPANTES

A conferência de Prestação de Contas Anual 2025, organizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), bateu recorde de público na última terça-feira (7/10). O encontro reuniu, simultaneamente, mais de 500 pessoas presentes no auditório do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília, e mais de 3 mil participantes acompanharam a transmissão, ao vivo, pelo [canal do TCU no YouTube](#). A [gravação](#) do encontro já teve mais de 8,8 mil acessos.

Durante o evento, foi destacada a importância do Relatório de Gestão Integrado (RGI) como a peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício.

ACESSE O GUIA E OUTROS DOCUMENTOS

Conheça o “Boletim de Jurisprudência do TCU”.

[Boletim nº 553](#)[Boletim nº 554](#)[Boletim nº 555](#)[Boletim nº 556](#)[Boletim nº 557](#)[Boletim nº 558](#)[Boletim nº 559](#)[Boletim nº 560](#)[Boletim nº 561](#)

ÓRGÃOS FIRMAM COOPERAÇÃO PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA DAS "EMENDAS PIX"

Em atendimento a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi assinada a [Nota Conjunta TCU/AGU/CGU/MGI nº 1/2025](#), que estabelece diretrizes e cronograma para análise dos relatórios de gestão das transferências especiais referentes aos exercícios de 2020 a 2024. O ato representa um marco de cooperação institucional entre os quatro órgãos e reforça o compromisso conjunto com a transparência, boa governança e controle efetivo da aplicação dos recursos públicos.

NOTA CONJUNTA TCU/AGU/CGU/MGI Nº 1/2025

OPERACIONALIZAÇÃO DO DECRETO Nº 10.426, DE 16 DE JULHO DE 2020

Portaria estabelece normas complementares necessárias à operacionalização do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;

I - à fixação de critérios para a definição da finalidade da descentralização de créditos orçamentários;

II - ao ressarcimento de despesas;

III - aos casos em que é dispensável a celebração do termo de execução descentralizada - TED, em atenção ao art. 3º, § 3º, do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; e

IV - à utilização de eventuais rendimentos de aplicação financeira, quando a execução dos créditos descentralizados se der na forma do art. 3º, incisos I e II, e § 3º, do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

A Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

PORTARIA SEGES/MGI Nº 9.510, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025.

[Voltar ao Início](#)

Normativos, Notícias e Eventos

CURSO AVALIAÇÃO DE IMPACTO - FGV - EDUCAÇÃO EXECUTIVA

Viabiliza o ferramental necessário para a realização de avaliações de impacto, utilizando um mix de apresentação de conceitos teóricos e de realização de exercícios práticos para entender de fato como uma avaliação é feita.

Carga Horária: 30 horas/aula

Modalidade: Online - Gratuito - os Cursos gratuitos da FGV não geram certificado

[**SAIBA MAIS**](#)

PROGRAMA DO TCU FORTALECE INTEGRIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

A divulgação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), iniciativa do TCU, é destaque em eventos realizados em diferentes estados brasileiros, reforçando a importância da integridade no setor público. A adesão ao PNPC é passo fundamental para que as instituições públicas possam prevenir casos de fraude e corrupção, e melhorar sua integridade e governança. O diagnóstico fornecido pelo e-Prevenção e o plano de ação personalizado oferecem ferramentas necessárias para gerenciar e acompanhar a evolução das práticas de integridade.

[**ACESSE AQUI**](#)

CGU PROMOVE 19º CANAL UAIG SOBRE BOAS PRÁTICAS EM RECOMENDAÇÕES E MONITORAMENTO

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), realizará, no dia 04 de novembro, a 19ª edição do Canal UAIG, com o tema "Boas Práticas de Recomendações e Monitoramento". O evento acontecerá em formato híbrido, no Auditório Anadyr de Mendonça, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo canal da CGU no YouTube. A iniciativa busca promover a troca de experiências e o compartilhamento de boas práticas entre profissionais da área de auditoria e controle interno.

[**SAIBA MAIS**](#)

NOVA PORTARIA REGULAMENTA O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E FERRAMENTAS DE VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE EM PESQUISAS DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFC

A Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Ceará (UFC) publicou [portaria](#) que dispõe sobre a obrigatoriedade de submissão de trabalhos acadêmicos a ferramentas de verificação de similaridade e regulamenta o uso de inteligência artificial (IA) nos trabalhos acadêmicos e de conclusão de curso da pós-graduação stricto sensu da UFC.

[**PORTARIA Nº 39/PRPPG/UFC**](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO PROMOVE ENCONTRO DE LANÇAMENTO DO BANCO DE ARQUIVAMENTOS POR PRESCRIÇÃO

o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, por meio da unidade especializada em tomada de contas especial, o segundo webinar da série "TCE em Foco", no dia 28 de outubro, às 15h. O evento lançou o Banco de Arquivamentos por Prescrição (BAP), ferramenta desenvolvida para aprimorar a gestão de processos administrativos e de tomadas de contas especiais.

O webinar foi transmitido pelo canal do [TCU no YouTube](#).

[**ACESSE AQUI**](#)

[**Voltar ao Início**](#)



Unidade de Auditoria Interna

AUDIN COMUNICA

Edição 022

Equipe:

Antonio Rafael Valério de Oliveira

Edson Menezes Vilar

Fábio Guimarães Silva

Juazeiro do Norte - Ceará
Setembro e Outubro de 2025